

PARTE 2

DIREITO ADMINISTRATIVO



**LIVE DA
APROVAÇÃO**

RESOLUÇÃO DE 100 QUESTÕES - CEBRASPE





DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



LIVE DA APROVAÇÃO NA CÂMARA **DIREITO ADMINISTRATIVO – CEBRASPE**

2ª parte – 50 questões



**ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

Raphael Spyere

Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR



@PROF.RAPHAELSPYERE



③ (CEBRASPE/SEFAZ DF/2020) Em um único ato administrativo, foram concedidas férias e licença a um servidor público da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Na semana seguinte, publicou-se outro ato, que ratificava as férias desse servidor e retirava-lhe a licença concedida, por ter sido constatado que ele não fazia jus à licença. Nessa situação, realizou-se a convalidação do ato administrativo, por meio de reforma.

convalidação

Vício no
objeto

REFORMA

~~CONVERSÃO~~

④ (CEBRASPE/MPE TO/2024) Suponha que a administração pública, por ato administrativo, após ter concedido licença e férias a determinado servidor, tenha verificado que ele não tinha direito à licença e, em razão disso, tenha praticado novo ato, retirando a licença e ratificando as férias. Nessa situação, considera-se que houve convalidação pela denominada conversão.

51. (CEBRASPE/PREFEITURA DE ANDRADINA SP/2025) No contencioso administrativo brasileiro, os litígios estão sujeitos à apreciação do Poder Judiciário, devido à adoção do sistema inglês no ordenamento jurídico pátrio.

CF, art. 5º, XXXV

ou juris. uno.

52. (CEBRASPE/TCU/2025) Todo cidadão tem o direito de buscar a revisão judicial de qualquer decisão, se entender que seu direito foi lesado ou ameaçado.

proativo

[inutilidade]



53. (CEBRASPE/TCU/2025) A anulação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário possui, em regra, efeitos ~~ex nunc~~ ou seja, a partir da decisão judicial, ~~sendo preservados os efeitos já produzidos pelo ato enquanto este esteve em vigor.~~

função

retroativa

• desde então •

54. (CEBRASPE/TCU/2025) No sistema brasileiro de [jurisdição única], a existência de um processo administrativo prévio e exauriente, com trânsito em julgado na esfera administrativa, impede a posterior apreciação da matéria pelo Poder Judiciário, ressalvadas as hipóteses de vícios insanáveis de legalidade.

55. (CEBRASPE/TCU/2025) A criação de um tribunal administrativo com poder de julgamento definitivo, cuja decisão impedisse a revisão judicial sobre o mérito do ato, seria compatível com o sistema brasileiro de controle da administração pública, desde que a Constituição Federal fosse alterada para prever expressamente essa competência excepcional.
- port. / comv.*

• [RE 684 612/23]

L omissão gran.
L direito fundamental.

ⓔ

ⓔ

↳ mérito
[Separação]

56. (CEBRASPE/TCU/2025) Uma das prerrogativas do Congresso Nacional, no exercício do controle externo, é a possibilidade de sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

49, IV

- E 57. (CEBRASPE/TCU/2025)** Dado o princípio da autotutela, que embasa o controle administrativo, a administração pública tem o poder-dever de anular seus próprios atos eivados de ilegalidade, mas não de revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade. ✓

S. 473 - STF
1969

L. 9784/99, arts.
53 - 54

- C 58. (CEBRASPE/TCU/2025)** O controle administrativo, inerente à própria administração pública, pode ser exercido de ofício ou mediante provocação de terceiros e abrange tanto a análise de legalidade quanto a de mérito do ato ou da conduta administrativa. ✓

E/L/Y.

59. (CEBRASPE/TCU/2025) O controle interno é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário, visando à regularidade e eficiência de suas atividades.

Art 74

adm

?

60. (CEBRASPE/TCU/2025) O controle de mérito, também conhecido como controle de conveniência e oportunidade, é diretamente exercido tanto pelo controle interno quanto pelo controle externo, sendo-lhe pertinente a revisão de atos discricionários da administração pública.

61. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) As decisões do Tribunal de Contas da União no controle externo da administração pública que resultem em imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo.

71, § 3º

62. (CEBRASPE/TJ PA/2025) Enquanto, para o particular, agir geralmente representa uma faculdade, para o agente público, agir é um dever funcional, a ser desenvolvido a partir de três pilares fundamentais: probidade, prestação de contas e eficiência.

Homus in actu

C 63. (CEBRASPE/TJ PA/2025) Segundo a jurisprudência do STF, a modalidade culposa de ato de improbidade administrativa, conforme prevista originariamente na Lei n.º 8.429/1992, é inconstitucional, porquanto a caracterização do ato de improbidade pressupõe que o agente ímprobo atue com [desonestidade], cuja noção está estreitamente relacionada com a de dolo.

RE 610 523/SP
RE 656 558/SP

~~pmkus~~

21

Duplos

E 64. (CEBRASPE/TJ PA/2025) A legitimidade para a propositura da ação de improbidade administrativa é concorrente entre a fazenda pública interessada e o Ministério Público, mas apenas o parquet possui competência para a celebração de acordos de não persecução civil.

ADI 7042/7043

~~ação~~

ANPC

III, art 11.

65. (CEBRASPE/TJ PA/2025) A mera circunstância de determinado agente público revelar fato de que teve ciência em razão das atribuições do cargo por ele ocupado não caracteriza, por si só, conduta atentatória aos princípios da administração pública.

dolo + Beneficiário + háa relv-
ao 3m
Tutelado

66. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) Aquela que [não sendo agente público], concorrer dolosamente para a prática de ato de improbidade não estará sujeito às disposições da Lei de Improbidade Administrativa e deverá responder por seus atos de acordo com a legislação penal comum.

ou induz

art 3º

E 67. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) A prática de ato de improbidade administrativa, por ação ou omissão, requer a demonstração de culpa ou dolo por parte do agente público.

art 1º, §§ 2º e 3º

9º, 10, 11

C 68. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) A conduta de frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício de terceiros, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

IV, 11

69. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dos agentes públicos eivadas de erros grosseiros. — culpa grave.

70. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a dispensa indevida de processo licitatório com consequente perda patrimonial efetiva.

VIII, art 10

LE

~~in~~ ~~na~~ ~~inda~~

C 71. (CEBRASPE/CAU MG/2025) A ausência de **dolo** é condição suficiente para descaracterizar determinada conduta, omissiva ou comissiva, como ato de improbidade administrativa.

C 72. (CEBRASPE/CAU MG/2025) A imposição de ressarcimento ao erário, no contexto dos atos de improbidade administrativa, somente é cabível se verificada perda patrimonial efetiva.

§ 1º, 10

C 73. (CEBRASPE/UNB/2025) A revelação, antes da divulgação oficial, de uma medida econômica capaz de afetar o preço de um serviço é considerada ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

VII, (LL)

C 74. (CEBRASPE/UNB/2025) Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador são aplicáveis ao sistema de improbidade previsto na Lei n.º 8.429/1992.

§ 4º, L

75. (CEBRASPE/UNB/2025) A sanção de perda da função pública atinge, em regra, todos os vínculos do agente público ou político, podendo o magistrado excepcionalmente restringir a sanção, a depender das circunstâncias do caso, ao vínculo de mesma natureza e qualidade que o agente detinha na época do cometimento da infração.

EI

outros
vínculos

§ 1º, art 12

entender

= natureza/
qualidade

76. (CEBRASPE/UNB/2025) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

LH

P.A.D

77. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) Aplicam-se também as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em casos de prática de ato de improbidade administrativa por pessoa jurídica sancionada como ato lesivo à administração pública no contexto da Lei Anticorrupção.

12, II multa

Bis in idem
6º = multa

78. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) A conduta de, com ciência da inocência do denunciado, representar contra determinado agente público por ato de improbidade administrativa é penalmente tipificada como crime, punível com detenção, sem prejuízo do dever civil de reparação por danos materiais, morais ou à imagem.

19.

79. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) A conduta de servidor público permitir, de forma dolosa, a locação de bem patrimonial do Estado por preço inferior ao de mercado consiste em ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- monstruoso?*
- LE 11 10, IV*

80. (CEBRASPE/PREFEITURA DE ANDRADINA/2025) A celebração de acordo de não persecução civil pelo *parquet* é incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro no que tange à responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa.
- ANPC*
- ART 17-B*

[Reversão] - 25/24

81. (CEBRASPE/TJ PA/2025) Denomina-se reintegração o retorno à atividade de servidor aposentado, que poderá ocorrer no interesse da administração, caso a aposentadoria tenha sido voluntária.

82. (CEBRASPE/TJ PA/2025) Os cargos em comissão devem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção e chefia.

não remunerado

+ anexo m

II, (37)

83. (CEBRASPE/TJ PA/2025) Considere que um servidor público tenha obtido uma primeira licença médica, encerrada no dia 1º/4/2025, e que lhe tenha sido concedida uma nova licença da mesma espécie no dia 2/5/2025. Nesse caso, esta nova licença será considerada como prorrogação da primeira.

82

131

3 anos

84. (CEBRASPE/TJ PA/2025) O registro funcional da penalidade de advertência é passível de cancelamento, com efeitos retroativos, se o servidor público sancionado não praticar nova infração disciplinar no período de três anos.

85. (CEBRASPE/TJ PA/2025) Como regra, admite-se o exercício cumulativo de cargos em comissão pelo servidor público, desde que haja compatibilidade de horários.

Art. 9, § único

titular.
CC

+

interino.
CC

131

86. (CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/2025) O cancelamento do registro da penalidade de suspensão de servidor público, que ocorre após o decurso de dois anos de efetivo exercício, surtirá efeitos retroativos caso o servidor não pratique, nesse período, nova infração disciplinar.

$$[L. 8429/92, 23 = 8 \text{ meses}]$$

87. (CEBRASPE/INSTITUTO RIO BRANCO/2025) O prazo prescricional começa a correr da data da consumação do ilícito administrativo.

~~142, §1º~~

L31 ~~Conhecimento~~ 142 Prescrição

Diminuição/
Cassação/Dist.

X

5 meses.

Suspensão

5 meses.

2 meses

Reabilitação

3 meses.

180 dias.

650

(CEBRASPE/INSTITUTO RIO BRANCO/2025) João e Júlia, servidores públicos que trabalham no mesmo órgão, vêm faltando ao trabalho, sem justificativa. João está há 31 dias sem comparecer ao serviço, e Júlia tem 40 faltas não justificadas no período de seis meses, tendo intercalado períodos de comparecimento normal com faltas não justificadas. A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

138

+

139

88. Tanto o abandono de cargo quanto a inassiduidade habitual são infrações a serem apuradas por comissão composta por dois servidores estáveis, mediante processo administrativo disciplinar de rito sumário, com prazo de conclusão de trinta dias, prorrogável por até quinze dias.

133

~~Demissão~~
~~Vinulação~~

pad. Sumário

89. A fim de se caracterizar a inassiduidade habitual, faz-se necessária a demonstração de animus específico de abandonar o cargo.

só no abandono

(CEBRASPE/INSTITUTO RIO BRANCO/2025) João e Júlia, servidores públicos que trabalham no mesmo órgão, vêm faltando ao trabalho, sem justificativa. João está há 31 dias sem comparecer ao serviço, e Júlia tem 40 faltas não justificadas no período de seis meses, tendo intercalado períodos de comparecimento normal com faltas não justificadas. A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

90. Dado o período ininterrupto de não comparecimento ao trabalho, pode ser imputada a João a prática de ilícito administrativo de abandono de cargo, para cuja caracterização basta a falta injustificada do servidor por período superior a um mês.

~~Errado~~
28/29

art 11

[ADPF 982/PR] - TCE X Profundo

91. (CEBRASPE/TJ PA/2025) A licitação, como procedimento administrativo formal, tem por objeto a escolha da proposta de menor preço, não se admitindo, pela legislação brasileira, outros critérios que sobreponham ao orçamentário.

33

MP/MD.
MRE/ML.

R\$

TP

♥ + R\$

MTCA

♥

78

88

diálogo
competitivo

92. (CEBRASPE/TCE RS/2025) A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos restringe as modalidades de licitação a pregão, concorrência e leilão, bem como os procedimentos auxiliares da contratação a pré-qualificação, diálogo competitivo, regimento cadastral e credenciamento.

6º

XXXVIII

+ 28

XLII

32

PMI

SRP

82 - 86

(CEBRASPE/TCU/2025) Determinado órgão público federal celebrou contrato administrativo com entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado cujo capital social é integralmente público, para contratação de **obras e serviços especiais de engenharia**. O critério de julgamento das propostas foi o de maior desconto, e a análise das propostas foi feita de forma técnica e imparcial, com base em critérios objetivos. Em relação a essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

93. A modalidade de licitação mais adequada à hipótese é o pregão.

X

XXXVIII

concorrência

94. Maior desconto é o critério de julgamento das propostas destinadas a contratos de eficiência, em que o contratado busca gerar economia para a administração pública

Economia - R/m %

39 F MRE
3%

95. (CEBRASPE/TCE RS/2025) O diálogo competitivo, modalidade introduzida pela Lei n.º 14.133/2021, destina-se, entre outras hipóteses, a contratações em que a administração pública não consegue definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas relativas ao objeto que pretende contratar.

32, I

PMI

Startups

96. (CEBRASPE/FUB/2025) Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.

44.

97. (CEBRASPE/Polícia Federal/2025) A contratação direta por inexigibilidade de licitação é admitida quando há inviabilidade de competição. ao passo que, nos casos de contratação direta por dispensa de licitação, existe a possibilidade de competição que justifique a licitação, todavia a lei autoriza que a administração pública opte pela realização, ou não, do procedimento licitatório.

98. (CEBRASPE/TCE RS/2025) Necessário à contratação de bens e serviços, o termo de referência é um documento em que deve constar, entre outros parâmetros e elementos descritivos, a definição do objeto, incluindo sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.

ETP

XX, 6º + 18, 31

XXIII, 6º

BENS/SERVIÇOS

99. (CEBRASPE/FUB/2025) Requisitos da contratação e justificativas para o parcelamento, ou não, da contratação são elementos que devem estar previstos no estudo técnico preliminar.



100. (CEBRASPE/TJ PA/2025) Diante da necessidade de contratação de um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, com profissional de notória especialização, para a emissão de um parecer destinado a órgão público, a licitação será dispensada.

Inexigível

XVIII, 6º



LIVE DA APROVAÇÃO NA CÂMARA
DIREITO ADMINISTRATIVO – CEBRASPE
AGORA É COM VOCÊ!

101. (CEBRASPE/TCE MG/2026) Considerando o papel do fiscal do contrato para assegurar a conformidade técnica, administrativa e financeira da execução de contratos administrativos de obras públicas, assinale a opção correta.

- A) O fiscal do contrato deve comunicar à autoridade superior irregularidades na execução contratual e, quando necessário, adotar medidas imediatas de saneamento dentro de sua competência.
- B) A atuação do fiscal do contrato se restringe à verificação do cumprimento das cláusulas técnicas, sendo vedado o acompanhamento dos aspectos financeiros e administrativos da execução contratual, que é de competência exclusiva do gestor do contrato.
- C) A responsabilidade do fiscal do contrato é de natureza objetiva, bastando o resultado danoso à administração para ensejar responsabilização civil e administrativa, independentemente de culpa ou dolo.
- D) O fiscal do contrato, na ausência do gestor, pode autorizar pagamentos à contratada, desde que a medição tenha sido devidamente conferida e atestada no diário de obras.
- E) O fiscal do contrato pode autorizar, por conta própria, pequenas alterações qualitativas ou quantitativas na obra, desde que não ultrapassem 25% do valor inicialmente contratado.

102. (CEBRASPE/TCE MG/2026) De acordo com o previsto na Lei n.º 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá

- A) revogar a licitação por ilegalidade, hipótese em que é dispensada a manifestação dos interessados.
- B) anular a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- C) anular a licitação por motivo de ilegalidade, ainda que sanável.
- D) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- E) anular o processo licitatório por suspeita de fato superveniente que possa prejudicar a concorrência

103. (CEBRASPE/TCE MG/2026) No que diz respeito ao anteprojeto, peça técnica que contém todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, julgue os seguintes itens à luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021.

I O estudo técnico preliminar dá base ao anteprojeto.

II O autor de anteprojeto poderá disputar licitação quando esta versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens relacionados a tal anteprojeto.

III A administração pública poderá exigir certificação por organização independente acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) como condição para a aceitação de anteprojeto.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item II está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens I e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

104. (CEBRASPE/TCE MG/2026) Suponha que Rodolfo, cidadão com sessenta anos de idade, tenha apresentado requerimento administrativo a órgão público federal. Nessa situação hipotética, depois de concluída a instrução do processo administrativo, o prazo para a administração pública decidir é, em regra, de até

- A) quinze dias, não tendo Rodolfo prioridade na tramitação do processo.
- B) trinta dias, tendo Rodolfo prioridade na tramitação do processo.
- C) trinta dias, não tendo Rodolfo prioridade na tramitação do processo.
- D) dez dias, tendo Rodolfo prioridade na tramitação do processo.
- E) dez dias, não tendo Rodolfo prioridade na tramitação do processo.

105. (CEBRASPE/TCE MG/2026) Acerca da contratação direta na administração pública, julgue os itens seguintes.

I Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.

II É inexigível a licitação quando inviável a competição nos casos de contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual, incluídos serviços de publicidade e divulgação.

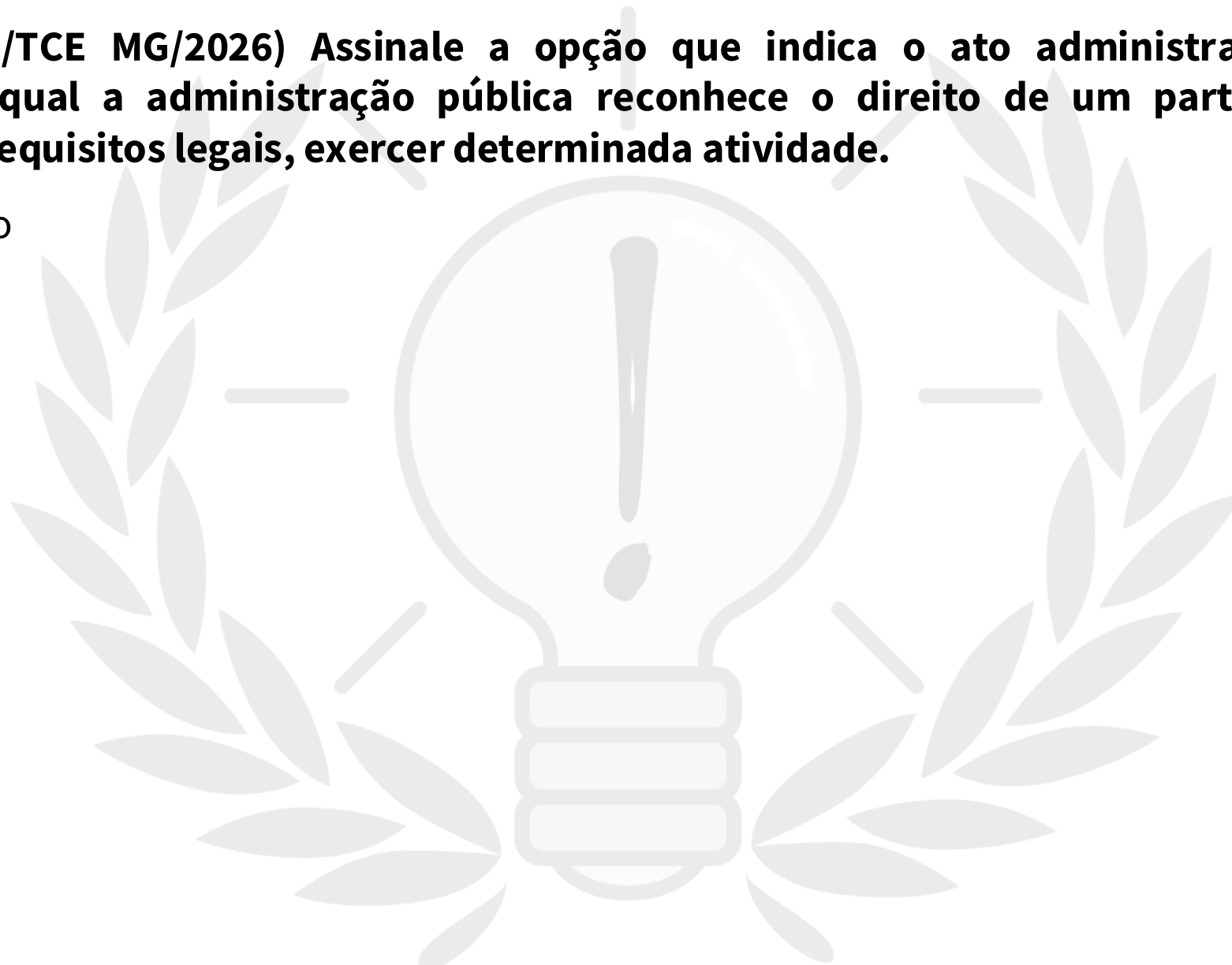
III É dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

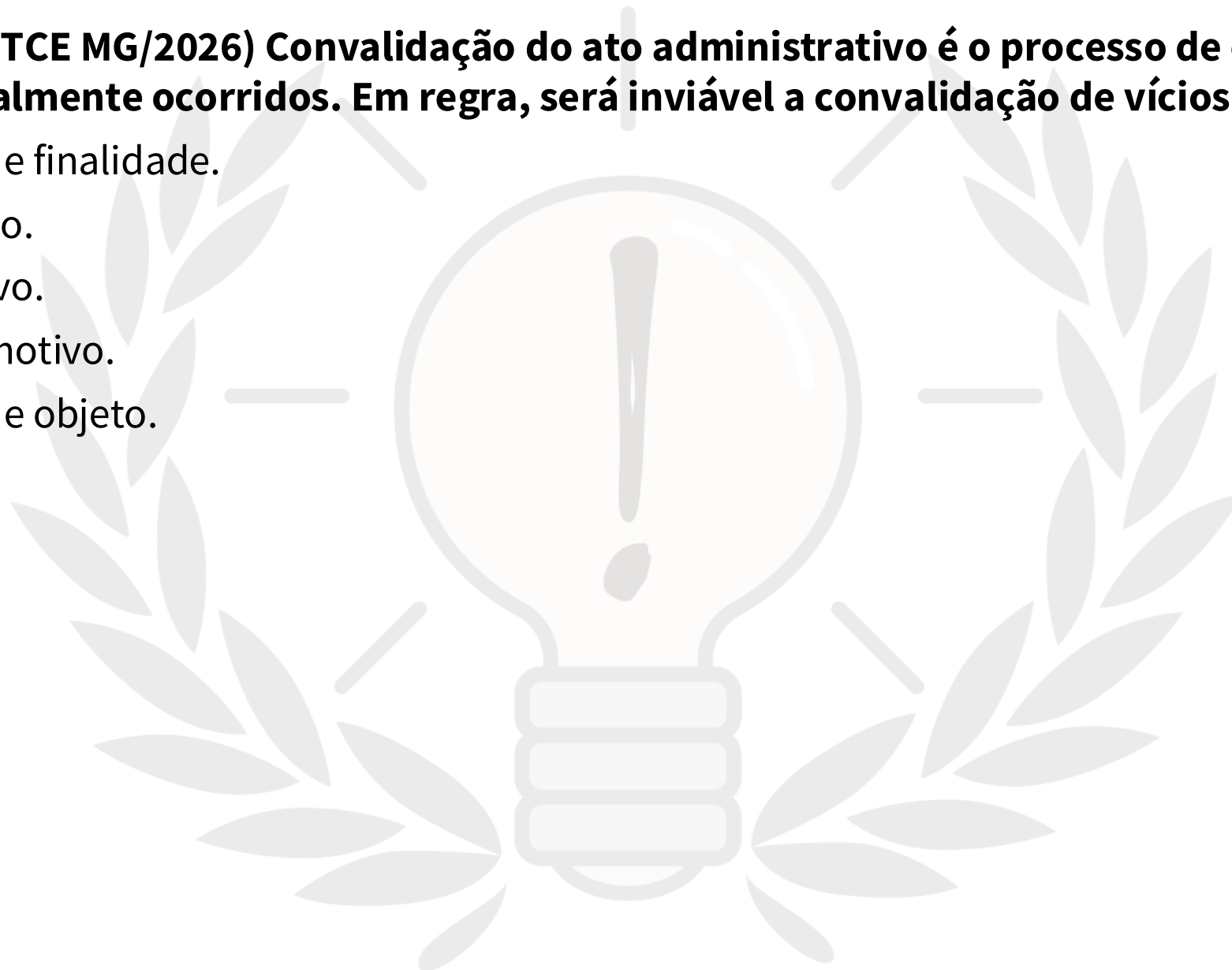
106. (CEBRASPE/TCE MG/2026) Assinale a opção que indica o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a administração pública reconhece o direito de um particular, depois de preenchidos os requisitos legais, exercer determinada atividade.

- A) Homologação
- B) Admissão
- C) Permissão
- D) Autorização
- E) licença



107. (CEBRASPE/TCE MG/2026) Convalidação do ato administrativo é o processo de correção de vícios sanáveis eventualmente ocorridos. Em regra, será inviável a convalidação de vícios relativos a

- A) competência e finalidade.
- B) forma e objeto.
- C) forma e motivo.
- D) finalidade e motivo.
- E) competência e objeto.



108. (CEBRASPE/TCE MG/2026) De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), em regra, é elemento subjetivo necessário e suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa

- A) a culpa grave, nos casos de ato de improbidade que cause prejuízo ao erário.
- B) a culpa exclusiva, admitindo-se a presunção do elemento subjetivo em atos de omissão grave.
- C) o dolo ou a culpa, conforme o grau de lesão ao patrimônio público e a complexidade da função exercida.
- D) o dolo específico, que corresponde à intenção de obter proveito próprio ou alheio indevido, exigível em todas as espécies de improbidade.
- E) o dolo, entendido como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito ou anuir com ele, em qualquer das modalidades de improbidade.

109. (CEBRASPE/TCE MG/2026) No âmbito do controle administrativo, o recurso hierárquico impróprio é

- A) o recurso dirigido a uma autoridade que não possui relação hierárquica superior com quem praticou o ato objeto de controle, sendo somente cabível quando houver previsão legal expressa.
- B) o recurso endereçado a uma autoridade do Poder Judiciário, para que reveja um ato administrativo.
- C) o recurso autuado de ofício pela própria autoridade que adotou a decisão original.
- D) o recurso endereçado à mesma autoridade que praticou o ato objeto de controle, para que reconsidere sua decisão.
- E) o recurso padrão dirigido à autoridade que, dentro da estrutura de um mesmo órgão, é imediatamente superior a quem praticou o ato objeto de controle.

110. (CEBRASPE/TCE MG/2026) No que diz respeito às características do controle jurisdicional da administração pública brasileira, assinale a opção correta.

- A) O Poder Judiciário poderá, no exercício do controle jurisdicional, julgar as contas dos administradores públicos federais em seu mérito, caso o Tribunal de Contas da União as julgue irregulares.
- B) O controle jurisdicional é primariamente exercido de ofício pelo Poder Judiciário, quando verificados indícios de ilegalidade ou inoportunidade na atuação administrativa.
- C) O controle jurisdicional é primariamente exercido *a posteriori*, de forma corretiva, mas pode ser exercido de forma preventiva em casos excepcionais, como na emissão de ordens judiciais para se coibirem ilegalidades iminentes.
- D) O Poder Judiciário pode substituir o juízo de conveniência e oportunidade do administrador (mérito administrativo) sempre que constatar ofensa aos princípios da moralidade e da publicidade.
- E) O controle jurisdicional se restringe ao exame da legalidade formal (cumprimento da norma escrita), sendo vedado que ele analise a legalidade principiológica de determinado ato, como sua razoabilidade e sua proporcionalidade.

GABARITO

101. a

102. d

103. d

104. b

105. c

106. e

107. d

108. e

109. a

110. c

DIREITO
ADMINISTRATIVO
PARA *CONCURSOS*